

UMA ANÁLISE DE CIDADE E URBANO (FORMA E PROCESSO), A PARTIR DAS PEQUENAS CIDADES DO RIO GRANDE DO NORTE

Francisco Aracildo de Moura

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: aracildomoura@yahoo.com.br

Ademir Araújo da Costa

Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: ojuarademir@gmail.com

Resumo

O grande centro, metrópole, a cidade média ou pequena, independente da escala que ocupem em um território, evidencia o reflexo do viver urbano marcado por relações e práticas sociais, políticas, econômicas, de consumo, de bens e serviços, dentre outras. Buscamos aqui, fazer uma discussão conceitual de temas como: cidade, urbano e pequena cidade a partir das vivências nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte, com ênfase para a Microrregião do Agreste Potiguar. Neste sentido, o cenário escolhido para a pesquisa em tela foi o que se evidenciou por meio de análises de como esses processos inerentes à cidade e ao urbano se concretizam nas cidades de Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada e faz com que seus cidadãos tenham condições plenas de habitarem suas cidades de origem e sejam capazes de estarem inseridos na dinâmica urbana brasileira. Pesquisa esta que foi desenvolvida durante o curso de Mestrado em Geografia Humana, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Pequenas cidades; Urbano; Práticas sociais; Dinâmica urbana.

A CITY AND URBAN ANALYSIS (FORM AND PROCESS), FROM THE SMALL CITIES OF RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The great center, metropolis, medium or small city, regardless of the scale that occupies a territory, shows the reflection of urban living marked by social, political, economic, consumer, goods and services relations and practices, among others. We seek here to make a conceptual discussion of themes such as: city, urban and small city, based on experiences in the small cities of Rio Grande do Norte, with emphasis on the Microregion of Agreste Potiguar. In this sense, the scenario chosen for the screen survey was what was evidenced through analyzes of how these processes inherent to the city and the urban are concretized in the cities of Boa Saúde, Lagoa Salgada and Serra Caiada and makes its citizens have full conditions of inhabiting their cities of origin and capable of being inserted in the Brazilian urban dynamics. This research was developed during the Master's Degree in Human Geography, by the Federal University of Rio Grande do Norte.

Keywords: Small cities; Urban; Social practices; Urban dynamics.

UN ANÁLISIS DE CIUDAD Y URBANO (FORMA Y PROCESO), A PARTIR DE LAS PEQUEÑAS CIUDADES DE RIO GRANDE DO NORTE

Resumen

El gran centro, metrópoli, la ciudad media o pequeña, independiente de la escala que ocupe en un territorio, evidencia el reflejo del vivir urbano marcado por relaciones y prácticas sociales, políticas, económicas, de consumo, de bienes y servicios, entre otras. Buscamos aquí, hacer una discusión conceptual de temas como: ciudad, urbano y pequeña ciudad, a partir de las vivencias en las pequeñas ciudades de Rio Grande do Norte, con énfasis para la Microrregión del Agreste Potiguar. En este sentido, el escenario escogido para la investigación en pantalla fue lo que se evidenció por medio de análisis de cómo estos procesos inherentes a la ciudad y al urbano se concretan en las ciudades de Boa Salud, Lagoa Salada y Serra Caiada y hace que sus ciclos tengan condiciones plenas de habitar sus ciudades de origen y sean capaces de estar insertos en la dinámica urbana brasileña. Investigación que fue desarrollada durante el curso de Maestría en Geografía Humana, por la Universidad Federal de Rio Grande do Norte.

Palabras-clave: Pequeñas ciudades; Urbano; Prácticas sociales; Dinámica urbana.

Introdução

Este artigo discute as pequenas cidades enquanto forma dotada de conteúdo urbano, uma vez que na hierarquia urbana esse tipo de cidade parece ser pouco representativa para estudos e pesquisas relacionadas ao urbano. Neste sentido, o nosso objetivo foi mostrar como estas cidades são dotadas de relações, com transformações significativas nos últimos anos e que permeiam o viver urbano em diferentes pontos do território brasileiro, uma vez que as pequenas cidades compreendem o maior conjunto de cidades da rede urbana brasileira. Nesse contexto, discute-se a cidade enquanto construção social que está em constantes modificações, principalmente, ao considerarmos que o urbano é um processo e condição inerente ao viver na cidade, independente da posição em que esta ocupe na hierarquia urbana. Logo, a nossa discussão traz a vivência urbana a partir do cotidiano das pequenas cidades do Rio Grande do Norte, tendo como análise o viver urbano nas cidades de Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada que, se descortinam nesta pesquisa e revelam um movimento em ascensão do urbano enquanto conteúdo e processo que também ganha relevo nas pequenas cidades do Brasil.

Cidade: uma construção em metamorfose

Sendo a cidade um produto social, que para ser materializar no espaço, faz-se necessário à ação do homem enquanto ser criador, modelador e transformador dos lugares onde habita, esta pode ser interpretada como reflexo e condição da sociedade num dado

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 29-51, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

período de tempo. Originalmente o espaço da cidade era visto em oposição ao do campo, tendo em vista que o modo de vida presente na cidade, condicionado pelas relações sociais, econômicas, políticas, culturais, administrativas, dentre outras, presente em seu interior, nos faz compreender aquele lugar como diferente do campo/mundo rural.

O brasileiro Milton Santos (1993); Hespanhol (2013); Talaska, Silveira e Etges (2014), dentre outros, vêm desenvolvendo estudos mostrando que, campo e cidade exercem relações de complementaridade (SANTOS, 2001); É importante reafirmar as particularidades existentes entre campo e cidade, do mesmo modo que as relações de complementaridades que coexistem nesses espaços (HESPANHOL, 2013); Ainda sobre campo e cidade, a distinção a partir das relações ali desenvolvidas, como por exemplo a divisão do trabalho de certo modo até artesanal e manual, já não existem mais, principalmente se considerarmos os processos inerentes aos dois espaços (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014). As duas formas-conteúdo estão imbricadas, uma complementa a outra em uma forte relação de interdependência.

Historicamente a cidade tem passado por diferentes transformações, pois, na procura para habitar seus espaços o homem fez a transição do campo para a cidade, comportado em seu interior enquanto forma-conteúdo, processos distintos, característicos de diferentes épocas. Cada período vivido, construído pelo domínio da técnica e a partir de seu aprimoramento pela sociedade, fez emergir a cidade que melhor representa o modo de vida nela espacializado e assumindo funções específicas em um determinado intervalo de tempo. Para Lefebvre (1991, p. 46-7)

[...] a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas.

Assim, o autor concebe a cidade quase que poeticamente, considerando-a uma obra de arte, um trabalho feito a muitas mãos que merece destaque pelo papel que representa e desempenha para a sociedade. Talvez esta cidade se apresente um pouco bucólica para uma determinada época da história se comparado com o cenário das cidades de hoje, mas, com

grande relevo para aquela sociedade, se considerarmos as inúmeras possibilidades presente em seu interior. Por ser complexa e ao mesmo tempo contraditória aos olhos humanos, a forma da cidade em si, sofreu alterações para ser moldada de acordo com interesses de outrem e de outras épocas, para chegar à forma-conteúdo em que se encontra.

Logo, toda cidade é reflexo e resultado de um processo social. Por esse viés, entende-se que a cidade é um produto histórico, uma vez que, atravessa distintos períodos sendo adequada a diferentes realidades e, produto social pelo fato em que a cidade torna-se cidade a partir da materialização do trabalho realizado por diferentes gerações. Nessa linha de raciocínio, Carlos (2007, p. 11) assevera que

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

Como um produto histórico e *locus* de relações sociais, desde a sua origem a cidade é pensada como um local de múltiplas possibilidades, pois, mesmo apresentando diferentes recortes, é capaz de agregar pessoas de distintas classes em um mesmo espaço. É um local onde se expressa as relações dos contrários, ao mesmo tempo em que forja o contato indireto entre os indivíduos. Apresenta em seu interior a dialética entre passado e presente, sendo condição e resultado de esforços, trabalho materializado e em materialização que se concretiza na atualidade através da legitimação jurídica do espaço e das ações do urbano que existem e até mesmo resiste às mudanças e nuances presentes e/ou vindas de fora. É o local de convergência para quase todos os movimentos que envolvem o povo. No entanto, usufruir da cidade, de fato, ainda é um privilégio para poucos, o que exige audácia de boa parte dos cidadãos, pois, ela não foi, nem é pensada para todos. Lefebvre (1991, p. 4; destaques do autor) esclarece que

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro).

Com base no fragmento acima, sendo a cidade uma obra a qual apresenta valor de uso e valor de troca, compreendem-se as razões pelas quais nem todos que ali habitam conseguem usufruir da cidade em sua plenitude, pois é pensada visando a interesses de determinados grupos hegemônicos que tendem a se perpetuar no poder em busca de melhorias e de benefícios próprios em detrimento a uma dada parcela da sociedade. Os valores os quais o autor se refere passam pelo direito de vivenciar o urbano, presente principalmente nos espaços da cidade que, permeados por relações capitalistas, excluem a parcela social composta por aqueles que não podem pagar pelo uso da cidade enquanto conteúdo. Ainda para Lefebvre,

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 1991, p.6).

A cidade enquanto produto histórico-social, (re)construído, materializado no espaço, seu uso é possibilitado a partir de sua consolidação enquanto forma e função. Historicamente, elementos como: redes de energia elétrica, água encanada, telefonia; modos de construções; equipamentos e obras infra-estruturantes; oferta e demandas de serviços especializados, dentre outros, contribuíram e vem contribuindo para dar a dimensão e aspectos que a coloca em conexão com a rede urbana tornando-a cada vez mais competitiva no mundo globalizado.

Sabemos que o urbano está intrinsecamente condicionado a certas práticas desenvolvidas e vividas pelas pessoas, tanto da cidade, como do campo. No entanto, a prática urbana ultrapassou fronteiras e, principalmente, os limites da cidade. Neste sentido, o indivíduo pode habitar o campo, ou seja, viver na zona rural, mas, desenvolver práticas e relações totalmente urbanas, dentre as quais: hábitos alimentares, modo de se vestir, aquisição de bens, maquinários diversos, automóveis, uso de tecnologia, dentre outros.

Mesmo nas pequenas cidades, a partir do advento e aprimoramento das redes de telecomunicações, transportes e, a inserção de tecnologias em massa, tem contribuído para que o modo de viver urbano esteja cada vez mais difundido entre as pessoas e os lugares. Assim, as pequenas cidades exercem papel relevante a vida urbana, pois, mantêm relações com os mais diferentes lugares; as distâncias se encurtaram, principalmente, pelo uso de

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 29-51, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

tecnologias, meios de transportes e informações que, colocam as pessoas que ali vivem mais próximas do modo de vida vivido nos grandes centros urbanos.

Considerando que o urbano está presente em todas as categorias de cidades, estas cidades supracitadas se distinguem, principalmente, pelas relações estabelecidas em seu interior, como também, pelo fluxo de relações que mantêm com outros centros urbanos. Sua densidade se dá não só pela quantidade de casas, equipamentos públicos ou pessoas que ali habitam, mas pelo volume e intensidade das relações e movimentos mantidos com outros centros urbanos. Lefebvre (1991, p. 56; destaques do autor) conceitua a cidade como “[...] uma *projeção da sociedade sobre um local*, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”.

É nessa perspectiva que o urbano e a cidade aparecem intrinsecamente imbricados, onde as pessoas, os agentes, os atores que as produzem, necessitam um do outro. Pode-se dizer que a cidade se complementa muito mais com o urbano que o urbano com a cidade, tendo em vista que, o urbano é caracterizado principalmente pelo modo de vida das pessoas e, este também pode estar presente no rural. A cidade não é apenas o ponto onde vive determinada população, mas, ao encontrar-se como a projeção da sociedade sobre um local, a cada dia se renova e ver redefinida suas funções e relações perante os outros centros.

Ainda considerando a cidade a partir da ótica do concebido e do vivido, nos apropriamos do pensamento de Dardel (2011) que apresenta a cidade pelo viés do que se enxerga e compreende-se como sendo o seu tecido urbano.

A cidade não é somente um panorama abarcado com um só golpe de vista [...] A cidade, como realidade geográfica, é a *rua*. A rua como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão; elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão de mundo e no desamparo do homem; realidade concreta, imediata que faz do cidadão ‘um homem da rua’, um homem diante dos outros, sob o olhar de outrem, ‘público’ no sentido original da palavra (DARDEL, 2011, p. 28; destaque do autor).

Nessa perspectiva, o homem constrói e materializa a cidade no espaço, tornando-a um produto social. Neste sentido, é materializada como realidade geográfica a partir do movimento da produção, das relações, das trocas comerciais que se iniciam na rua e vai ganhando proporções na medida em que o homem modela e transforma o espaço vivido.

O urbano se faz presente a partir da cotidianidade que o homem desenvolve na cidade e sua forma, mesmo ainda que inconsciente de seu papel enquanto agente dessa realidade geográfica. Assim, a cidade se expressa além de seus arruamentos; equipamentos e infraestrutura presente em seu interior; serviços oferecidos à população; as datas comemorativas e festividades que se desenvolvem em seus espaços; momentos de lazer e um comércio ativo. Compõem-se de um complexo de relações mediadas por movimentos de pessoas que se estabelecem em seu interior visando exercer sua função de cidadão, os quais aspiram incessantemente a melhor qualidade de vida urbana, isto é, a cidade melhor para se viver.

A capacidade que este centro concentra para manter em seu interior seus moradores, suprimindo-os dos elementos essenciais à sua necessidade primeira, dotando-o internamente com serviços, comércios e equipamentos de primeira ordem, indispensáveis à vida, torna-o cidade. É o grau de relações de seus indivíduos e sua articulação entre as partes que compõem o todo, o fator que pode ser decisivo para que haja uma cidade. Neste sentido, Silva, Gomes e Silva (2009, p. 44) fortalecem o nosso pensamento, ao dizer que “[...] a cidade pode ser entendida como um espaço que se estrutura a partir de relações econômicas, sociais, políticas e culturais, que nela estão inseridos”. Estas relações podem ser apreendidas como sendo de trocas de produtos e mercadorias, entre pessoas e seus modos de vida com os mais diferentes lugares e meios de produção, o que caracteriza também a cidade como uma área urbana. Lefebvre (1991, p. 15), afirma que “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (destaque do autor).

As funções presentes na/da cidade, são mediadas pelo viver urbano. Permeiam as relações e dão concretude aos processos que ali se desencadeiam. Assim, pode-se dizer que, o interesse pelo “tecido urbano” não se detém apenas à sua forma enquanto cidade, à sua morfologia. Esse interesse é o baluarte de um modo de vida em maior ou menor intensidade, às vezes até degradado, o urbano. Na base econômica do “tecido urbano” estão presentes fenômenos de diferentes ordens e níveis variados, perpassando desde fenômenos intrínsecos e extrinsecamente relacionados à vida social e cultural (LEFEBVRE, 1991).

Sendo a cidade o local onde o capital aflora de maneira mais pujante e de modo contraditório a partir da desigualdade de classes existente no espaço urbano, esse conflito induz o capital a se apropriar de diferentes áreas da cidade. Gerando valorizações distintas

no espaço urbano, o capital contribui para que haja um espraiamento do tecido urbano de forma desigual, no entanto, combinada entre capital e agente público. Ressalta-se que, este último corrobora com a ação “perversa” do capital na cidade, no momento em que dota determinadas áreas com infraestrutura visando apenas atender a interesses de alguns grupos que detêm privilégios e dominam o capital na cidade.

Para Carlos (2007, p. 30-31) “há, portanto, uma complexidade de relações, pois, para o indivíduo, a cidade é o lugar do desejo de um conjunto de coações que inibem os desejos, e nesta direção a vida na cidade explora o possível”. Por mais que a cidade seja favorável ao acesso a determinados bens e serviços, órgãos privados ou públicos, sempre haverá algo que seus moradores menos abastados financeiramente não poderão usufruir ou se apropriar, como também, alguns lugares onde o seu acesso não será adequado a todos, seja por questões econômicas, relações de poder ou até mesmo por não se ter o hábito cultural de frequentá-lo. As adversidades encontradas para se viver na cidade, independente de sua ordem e tamanho, simula uma lógica, a do capital que estar presente desde os grandes centros urbanos, até naqueles considerados como pequenas cidades.

O urbano: processo e condição

As formas de apropriação da cidade pelos indivíduos e como estes fazem uso desta, estão no íntimo do viver urbano, ou seja, no modo como cada pessoa pode usufruir do contexto em que se encontra inserido. Viver na cidade, não significa que o indivíduo de fato está tendo o direito a uma vida urbana. Nas últimas décadas, com base nos indicadores sociais, percebe-se que a população brasileira vem apresentando melhores condições de vida, sobretudo, relacionadas ao modo de viver.

Tais melhorias só se tornaram possíveis a partir da implantação de políticas públicas destinadas à promoção de uma melhor qualidade de vida da população. Neste sentido, avanços e progressos foram se concretizando em várias escalas, nos mais diferentes lugares. Entretanto, ao considerarmos a dimensão continental apresentada pelo país, nem todas as políticas de promoção voltadas para o urbano se desenvolveram de maneira igualitárias entre as regiões brasileiras. O grau das relações presente em cada cidade, em menor ou maior escala, revela a amplitude como o urbano ali se evidencia. Para Lefebvre (2002, p. 28, destaque do autor)

O *urbano*, [...] define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realiza-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível*.

Os estudos de Lefebvre tiveram como parâmetro a realidade urbana europeia que, em muito difere do processo de urbanização que vem ocorrendo no Brasil. No entanto, nos leva a compreensão que o urbano se revela em constantes transformações, ou seja, diferentes nuances que marcam a realidade urbana. Não é algo concreto em si, pronto e acabado, ao contrário, reinventa-se, renova-se e transforma-se pela sociedade.

A homogeneização da urbanização como um todo, torna-se utópico, pois reflete as condições econômicas da sociedade que é desigual e se conjectura no modelo de urbanização existente, considerando que as diferenças são inerentes aos lugares e, a maneira como ocorre a produção desses lugares é bastante diversificada. No entanto, as práticas urbanas se firmam a partir de ações desenvolvidas nos referidos espaços. Com o advento da tecnologia e da massificação da informação, as práticas e ideias chegam aos longínquos lugares num volume cada vez mais rápido. O urbano se evidencia de maneira desigual, o que fragmenta ainda mais a cidade, pois esse processo se intensifica em alguns lugares em detrimento de outros, principalmente, por se refletir nas condições econômicas de cada lugar.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) mostram que, enquanto o Brasil conta com mais de 84% de sua população vivendo em cidades, contraditoriamente, o mesmo Censo Demográfico revela que município como Boa Saúde de Rio Grande do Norte, ainda concentra mais de 60% de sua população vivendo na zona rural.

Sabe-se que o quantitativo populacional concentrado em áreas consideradas urbanas e o aumento proporcional dessa população coopera para a melhoria das condições de vida na cidade se considerarmos o processo de ampliação e/ou (re)produção das áreas urbanas com relação à infraestrutura, aos aparelhamentos e aos serviços utilizados pela coletividade que ali habita (COSTA, 2000).

O processo de urbanização parece acontecer de forma lentamente em alguns pequenos centros se analisarmos os avanços que obtivemos nas últimas décadas nas redes de comunicação, transporte, distribuição de energia e outros. A nós, fica a seguinte indagação: até que ponto as pequenas cidades se inserem nessa lógica do processo de urbanização

vivenciada no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XX? Quando refere-se ao processo de urbanização que vem ocorrendo no Brasil, Maricato (2001, p. 19) esclarece que

Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço (MARICATO, 2001, p.19).

Seguindo este raciocínio, entendemos que não há um processo de urbanização igualitário, onde as práticas urbanas estariam acessíveis a todos os brasileiros, mas, há sim um intenso movimento de ocupação do território, em diferentes regiões estimulados principalmente por fatores econômicos que perpassam desde o turismo até a ampliação da produção de lavouras de soja, mineração e outras. Nas pequenas cidades, ainda hoje, é precário o aparato de infraestrutura citado pela autora e, essa categoria de cidades sofre rarefação na oferta de determinados serviços especializados, principalmente, aqueles de grande complexidade como são os relacionados à saúde, transportes, educação, dentre outros, que são, sobretudo, característicos do mundo urbano.

Estamos vivenciando um amplo processo onde a sociedade vive em redes, sua conexão se dá de maneira cada vez mais acelerada, pessoas estão ampliando suas escalas de conexão e, conseqüentemente, entre os lugares. As distâncias já não são fatores impeditivos para quase nada e tudo se resolve na intensidade e velocidade de um clique na tecla de um celular. É essa a realidade urbana que se apresenta diante de nossos olhos e está presente também nas pequenas cidades.

Mais que uma forma: uma cidade “pequena”

Considerando o contexto urbano presente nas cidades, não importando a hierarquia, categoria ou escala a que estas pertençam, a realidade urbana se concretiza em quase todos os espaços. Ao analisarmos as múltiplas relações existentes na cidade, como uma estrutura complexa que requer um envolvimento maior por parte do pesquisador para que

compreendamos os desdobramentos do viver urbano presente nas pequenas cidades¹. Sobre estas cidades, Fresca (2009, p. 47) faz a seguinte indagação

Quais elementos podem ser utilizados para concretizar uma cidade como sendo pequena? A palavra pequena é um adjetivo, que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade.

A pequena cidade em sua essência passa pela dimensão do espaço por ela ocupado mais o contingente populacional que a habita, ou seja, sua área física, mensurável. Seu reduzido adensamento de prédios e construções, o número de pessoas que ali habitam também será pequeno se considerarmos a hierarquia urbana.

Entendermos a cidade, o que a caracteriza e os fatores que a definem como sendo pequenas, as relações que estas mantêm com diferentes centros urbanos nos faz compreender sua importância para o contexto local. Para Ferreira (2009, p. 70), “A cidade é a reprodução do que é a sociedade. Ela é construída e reinventada cotidianamente por seus habitantes, conscientes dessa realidade diferenciada: a realidade urbana”.

As relações forjadas pela sociedade, o modo de viver, hábitos e costumes, dimensionam o urbano em um dado espaço. É a capacidade de está se reinventando, passando por transformações, adequando-se e adaptando-se às necessidades e anseios de seus moradores, moldadas principalmente por sua gestão, que a cidade é reconfigurada em seu espaço temporal. Independente de hierarquia e posição que ocupa na rede urbana, a cidade representa ação, seja pelo fluxo de pessoas, seja pelas trocas de mercadorias e serviços que ocorrem em seu interior. Ao discutir à pequena cidade, Gonçalves (2005, p. 73) explana

Consideramos, portanto, as cidades pequenas como uma dimensão socioespacial concreta, um aglomerado de pessoas que reflete as condições de vida da sociedade organizada, onde há uma relativa concentração de estabelecimentos e uma base institucional, apresentando, portanto, funções urbanas. Podemos considerá-las como pequenas, principalmente, em função das suas dimensões espaciais e do número de habitantes (girando em torno de 20.000 habitantes), entre outros aspectos.

No Brasil, há uma tendência para a utilização de dados quantitativos na tentativa de se definir uma pequena cidade, entretanto, toda sede política administrativa é considerada

¹Nesta pesquisa o quantitativo de 20.000 habitantes foi utilizado como um dos parâmetros para definir uma pequena cidade.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 29-51, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

cidade, independente do número de habitantes existentes em sua jurisdição. No interior de um adensamento populacional há um conjunto de elementos que vão dizer da existência de uma cidade. A pequena cidade, também pode ser elevada a esta classificação se considerarmos a quantidade de pessoas que ali habitam. No entanto, não podemos negar a importância que estas representam para a malha urbana, para as políticas sociais e, para o Estado.

Não podemos negligenciar a importância que as pequenas cidades vêm ganhando nos últimos anos, tendo em vista as melhorias para sua população a partir das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas, refletindo em bens e serviços prestados em sua circunscrição. No tocante às pequenas cidades, Fresca esclarece

Neste grupo de cidades pode-se encontrar desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas, até aquelas onde funções urbanas são mais complexas, refletindo inclusive, diferenças do ponto de vista populacional, manifestando realidades muito distintas [...] para se caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana ou região (FRESCA, 2009, p. 48-49).

Estando no mais baixo nível no que concerne à atividade urbana, a pequena cidade além de satisfazer as necessidades básicas de sua população, pode ser capaz de abastecer o seu entorno, sua área rural e, em alguns casos, até cidades vizinhas localizadas nos limites de sua influência, como por exemplo, quando a cidade não tem a feira livre seus moradores buscam a cidade mais próxima detentora desse mercado para efetuarem suas compras e se abastecerem dos utensílios básicos à sobrevivência familiar. Segundo Medeiros (2005), as pequenas cidades apresentam grande relevância, principalmente para a economia local, o que faz destas um mercado consumidor e que se firma como centro capaz de oferecer condições de permanência da população em uma dada área.

Mesmo sendo uma pequena cidade é nesse espaço onde se realizam as trocas comerciais entre moradores da zona rural com os residentes na zona urbana. O mercado local quase sempre é abastecido com mercadorias advindas da atividade primária, tais como: milho, feijão, derivados de mandioca, batata doce, dentre outros, produzidos nas áreas rurais pertencentes a cada município, quando não, estes produtos chegam até os consumidores locais a partir de comerciantes das cidades mais próximas, levando à concretização da troca de relações e integração entre as diferentes categorias de cidades.

É importante ressaltar que as pequenas cidades estão presentes em todo o território brasileiro e como revelam os dados do IBGE (2010), há uma “[...] maioria absoluta (73%) de *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 29-51, Jan./Jun. 2018.*

municípios pequenos, de até 20 mil habitantes [...]”. Soares e Melo (2009, p. 14) complementam essa informação, mostrando que “Os núcleos com até 20 mil habitantes, mesmo com uma participação inferior em relação aos demais, no total da população brasileira e apresentando queda no crescimento anual, compõem o maior número no País, [...]”. Por ser ampla a quantidade de cidades consideradas pequenas, não podemos negar a sua existência, nem tampouco negligenciar sua importância no tocante à rede urbana brasileira. Estas cidades de fato existem e fazem parte de uma rede urbana que tem em seu conteúdo significados e perspectivas para sua população.

Mesmo estas cidades configurando-se como pequenas, cada uma delas mantém em seu interior suas características próprias, intrinsecamente ligadas à sua forma de organização. No tocante a maneira de como se dá o arranjo urbano referente a equipamentos públicos, traçado de suas ruas e seu modo de organização, as pequenas cidades potiguares são muito parecidas. As peculiaridades, a maneira como a produção destas cidades vêm acontecendo, podem se dar de diferentes formas. Neste sentido

[...] as pequenas cidades, mesmo contando com um código de obras, estão sendo produzidas de forma muito aleatória e desordenada, sem orientação técnica ou legal que garanta uma melhor qualidade de vida à população e, principalmente, o cumprimento da função social da propriedade da terra nesses espaços (SILVA, GOMES, SILVA, 2009, p. 204).

Em algumas pequenas cidades, mesmo existindo leis e códigos que regulamentam e regem o ordenamento territorial, grande quantidade de gestores ignoram sua finalidade, seja por falta de fiscalização adequada por parte do poder público, o que contribui para que as áreas urbanas apresentem crescimento de maneira aleatória e desordenado, seja pelo desconhecimento dos próprios gestores que não compreendem e desconhecem o teor e até mesmo a existência de tais leis. Sabemos que essa problemática não está presente apenas nas pequenas cidades. É comum a existência de áreas que são anexadas às grandes cidades, ou melhor, que existem em decorrência das grandes cidades e que são ocupadas de maneira aleatória, desordenada e quase sempre sem a fiscalização adequada, como ocorre em locais periféricos ou áreas de riscos, de encostas, morros e até mesmo às margens de rios.

A realidade presente no contexto urbano do estado do Rio Grande do Norte em termos de categorias de cidades, não difere do que encontramos em nível de Brasil. Na verdade, é uma amostra em microescala do modelo de gestão brasileira. Neste processo, as pequenas cidades se redefinem e ocupam o seu espaço num mundo cada vez mais

urbanizado. Silva, Gomes e Silva (2009, p. 62; destaque dos autores) expõem que “O Rio Grande do Norte conta com 167 centros urbanos, isto é, cidades ou sedes municipais, dentre as quais, 155 possuem menos de 20.000 habitantes, o equivalente a 92,6% dos centros urbanos do Estado”. De acordo com essa afirmativa, compreendemos quão expressiva é a pequena cidade para a consolidação da malha urbana estadual, tendo em vista que, também, nesses centros menores ocorre a oferta de serviços e, é possível encontrarmos alguns bens indispensáveis à manutenção e à qualidade de vida da população local contribuindo, desse modo, para o crescimento social e econômico do estado.

O urbano visto das pequenas cidades do Rio Grande do Norte

As cidades de Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada, como exemplo, se inserem na rede urbana do Rio Grande do Norte, não apenas por serem consideradas cidades, mas, por comporem centros que permitem o viver e a cotidianidade da cidade. Nos últimos dez anos as populações desses pequenos centros urbanos convivem com inovações que vêm contribuindo para a sua inserção, de fato, no modo de vida urbano. Somando-se ao computador e a rede de internet, as três cidades se conectaram de vez com o restante do mundo por meio da telefonia móvel, o que facilitou ainda mais a vida das pessoas que residem nas pequenas cidades.

Atualmente essas cidades vivenciam outra realidade, diferente daquela vivida no século passado. Dentre os fatores que confirmam esse novo momento, podemos citar: o aumento do tecido urbano com o surgimento de bairros e ruas em diferentes partes da área física da cidade; melhoria na estrutura das moradias e padrão de construção; asfaltamento, ajardinamento através de praças e canteiros para embelezar a cidade e um novo arranjo espacial do comércio, onde os modos de negociação entre proprietários e clientes ocorrem nos moldes comerciais que predominam nas grandes cidades. A bodega, elemento tradicional e característico de outrora, tornou-se obsoleto e praticamente inexistente nessas cidades.

Por outro lado, é crescente o número de mercadinhos e supermercados que oferecem uma enorme variedade de produtos. Vários estabelecimentos comerciais já contam com vitrines, máquinas de cartão de crédito e aparato de segurança com câmeras de vídeo monitoramento e telões para projeção do que ocorre no interior das lojas e comércios das pequenas cidades aqui estudadas.

É fato que nos últimos dez anos, a dinâmica das cidades de Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada vêm passando por transformações significativas, desde o arranjo espacial enquanto cidade e área urbana, aos serviços oferecidos à população local e atividades comerciais. Outro setor que também passa por nova reconfiguração, é o da Educação, pois, constantemente faculdades oferecem turmas de cursos técnicos ou superior, mesmo que direcionados para a educação ou a saúde, na própria cidade, fazendo com que, os cidadãos que desejam obter o terceiro grau ou curso profissionalizante, não sejam obrigados a saírem de seus locais de origem para irem estudar na capital ou em outros centros maiores. Essa metamorfose vivida nas pequenas cidades as colocam em uma nova condição na rede urbana do Estado.

Considerando o cenário vivido nesses pequenos centros, o viver urbano, como citado anteriormente, está presente principalmente nas práticas vividas pelas pessoas, ou seja, ações que fazem parte do cotidiano não só de um povo, como também dos lugares. Nas cidades em tela, a presença de práticas rurais ainda é bastante significativa, no entanto, o viver urbano se apresenta a partir de ações no comércio local com a inserção de máquinas eletrônicas para o uso do cartão de crédito; a organização interna com casas e prédios característicos de sítios urbanos; oferta de serviços particulares, mesmo que em quantidade ainda reduzida, como ensino privado e equipamentos de saúde, dentre outros.

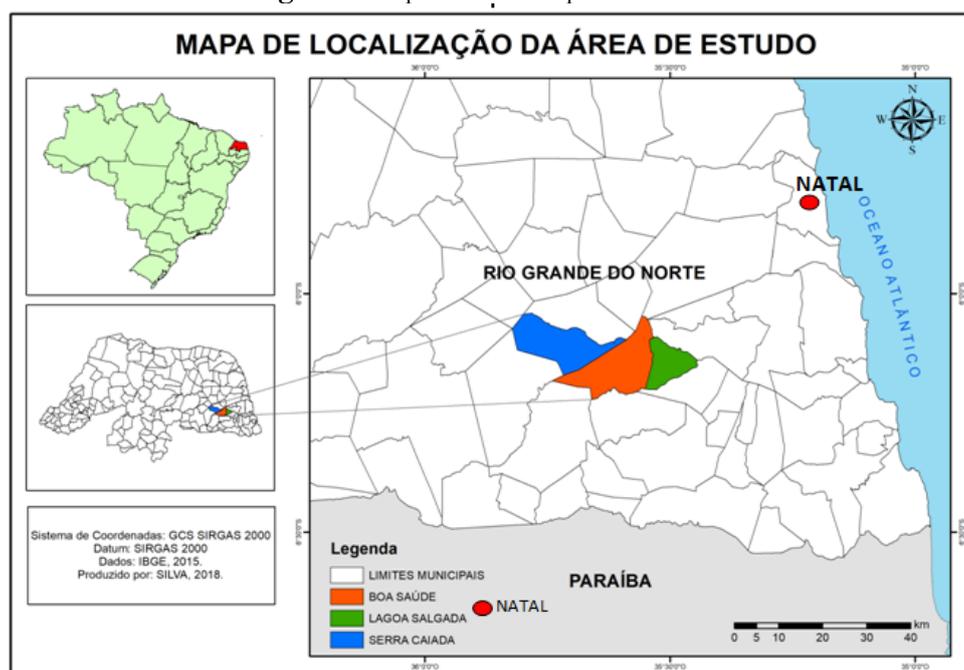
Nesse contexto, o urbano preenche os espaços nas cidades de Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada através de práticas e ações realizadas por seus cidadãos, a partir do conjunto de objetos existentes no núcleo central dessas cidades, uma vez que, os processos ali desenvolvidos refletem-se na espacialidade enquanto forma e ação realizada pela população local. As zonas urbanas nessas cidades contam com infraestrutura e órgãos públicos que representam o cotidiano urbano, dentre os quais é possível encontrarmos os equipamentos que possibilitam o desenvolvimento da urbanização em escala local, tais como: Estádios de futebol, agências bancárias, correios, casas lotéricas, igrejas, praças públicas, mercados centrais, escolas, hospitais, feiras livres e área comercial, o que dinamiza as relações e vivências nesses espaços/cidades.

O urbano é um processo em constante transformação, as centralidades presentes na cidade, atraem para suas áreas de influência, desde a feira livre que tem a capacidade de concentrar o maior número de pessoas num mesmo espaço durante algum dia da semana, até as transações envolvendo operações bancárias, cada vez mais presente na vida das pessoas.

Esse aparato de estrutura física existente nas cidades possibilita novos arranjos em seu espaço. Como por exemplo, as agências bancárias por meio das casas lotéricas e correios, todos envolvidos diretamente com algum tipo de circulação de dinheiro, movimentam a economia local e estão presente em quase todas as cidades. Considerando a infraestrutura que dinamiza o espaço urbano enquanto forma e possibilita suas relações, existem uma gama de serviços que são oferecidos pela iniciativa privada, tais como: rede de lojas de bens duráveis e não-duráveis, supermercados, redes de farmácias, bares e restaurantes, serviços de transportes, casas de shows que servem para diversão e lazer nos finais de semana, dentre outros. Entretanto, no que concerne usufruir da vida urbana em sua plenitude, estas cidades ainda dependem de centros maiores, onde há oferta de serviços especializados e mais complexos que não fazem parte da realidade local.

Em tela: Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada

Figura 1: Mapa dos municípios analisados



Autor: Francisco A. Moura;

Fonte: IBGE 2015;

Elaboração cartográfica: SILVA, 2018.

Os municípios de Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada localizam-se na Microrregião do Agreste Potiguar e, suas sedes urbanas fazem parte do grupo das pequenas cidades potiguares, pois, a área física compreendida como cidade é uma área com dimensões pequenas, baixo adensamento de prédios, infraestrutura bastante peculiar à sua condição, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 29-51, Jan./Jun. 2018.*

ISSN: 2176-5774

apresentam poucos bairros e população inferior a 20.000 habitantes. A oferta de serviços à população é bastante incipiente, pois, predominam os serviços básicos. Os estabelecimentos comerciais de pequeno porte são maioria absoluta, entretanto capaz de abastecer a área urbana e o seu entorno.

As três cidades localizam-se próximas à capital do estado, distando entre 52 e 82 quilômetros, estando na borda da Região Metropolitana de Natal (RMN), o que vem contribuindo para que aquelas pessoas que não dispõem de condições para comprarem um lote de terras em um grande empreendimento na RMN (Região Metropolitana de Natal), busquem essas cidades para fazerem investimentos e até mesmo construam uma segunda residência para passar feriados, finais de semanas e férias durante o ano, vez que o valor a ser pago pela aquisição de um terreno em uma dessas cidades é bem menor que o valor a ser investido em um lote na Região Metropolitana de Natal.

Boa Saúde tem como fronteira: ao Norte os municípios de Bom Jesus, Macaíba e Senador Elói de Souza; ao Sul os municípios de Serrinha e São José do Campestre; a Leste Lagoa Salgada e Vera Cruz e ao Oeste limita-se com Serra Caiada. Seu principal acesso se dá pela RN 120 que se conecta com a BR 226 (próximo a Serra Caiada), segue para a BR 304 e, em seguida, até a BR 101, que ainda é a principal porta de entrada para a capital potiguar. Com uma população de 9.011 habitantes, conforme o IBGE (2010), sendo 4.637 do sexo masculino e os outros 4.374 do sexo feminino. Desse total, 3.209 habitantes residem na zona urbana, dentre os quais, 2.077 residem na sede municipal e os outros 1.132 são moradores do Distrito de Córrego de São Mateus; os outros 5.802 habitantes estão distribuídos na zona rural. O município apresenta uma densidade demográfica considerada baixa, com um índice de 48,13 hab/km² IBGE (2010). Contrariando as tendências urbanas vivenciadas nos últimos anos, Boa Saúde ainda apresenta população vivendo em áreas rurais superior aos que habitam em sua área urbana, conforme os dados elencados acima.

Se compararmos os dados da população que reside na área urbana de Boa Saúde, vemos que os índices são muito baixos, tendo em vista que em nível de estado a porcentagem de pessoas vivendo em áreas urbanas chega a 78%; na Região Nordeste esse índice ultrapassa os 73% e, se compararmos com o índice nacional, o Brasil já conta com mais de 84% de sua população total vivendo em áreas urbanas, enquanto que o referido município conta com apenas 36% de sua população vivendo em áreas urbanas (IBGE 2010). Sabemos que viver o modo de vida urbano é muito mais que habitar a cidade, é principalmente estar inserido nos processos que caracterizam o urbano, como vimos anteriormente.

A produção agrícola do município é comercializada, principalmente, na feira livre que acontece sempre aos domingos e em feiras circunvizinhas. O município de Boa Saúde figura entre os produtores de mandioca do estado, com forte vocação para a produção de goma e farinha. Assim, possui várias casas de farinha, com destaque para o Distrito de Córrego de São Mateus, que conta com 7 casas de farinha, que funcionam durante todo o ano, produzindo centenas de toneladas desse produto.

A produção de goma e da farinha realizadas no Distrito de Córrego de São Mateus é destinada, principalmente, para abastecer o mercado local, de cidades vizinhas, da capital e de regiões mais próximas, sendo referência na Microrregião do Agreste Potiguar para esse tipo de produção, comum, também, a outras cidades da região, inclusive Lagoa Salgada e Serra Caiada.

Lagoa Salgada, segundo Morais, (2004, p. 123) “Por se tratar de uma área boa para o cultivo agrícola já era procurada, nos fins do século XVII, por roceiros interessados em melhores campos para estabelecerem moradia. Nessa época teve início seu povoamento”. Neste sentido, o cultivo agrícola continua sendo de grande importância para a cidade.

Localizado a 52 quilômetros da cidade de Natal, o município de Lagoa Salgada faz fronteira com os seguintes municípios, ao Norte: Boa Saúde, Monte Alegre, Vera Cruz; ao Sul com Lagoa de Pedras; a Leste com Lagoa de Pedras e Monte Alegre e ao Oeste com Boa Saúde. Seu principal acesso se dá pela rodovia RN 002 que se conecta com a BR 101. Com uma área de 79,330 km² e uma população de 7.564 habitantes, estando assim dividida: 3.800 habitantes do sexo masculino e 3.764 habitantes do sexo feminino (IBGE, 2010); densidade demográfica de 95,35 habitantes por quilômetro quadrado, dos quais, 5.005 habitantes residem na zona urbana e os outros 2.559, na zona rural.

Os principais produtos da economia agrícola do município são a mandioca e a castanha de caju que também estão presentes em Boa Saúde e Serra Caiada. Outro setor da economia que apresenta bastante expressividade é a produção de farinha e fécula de mandioca. O destaque maior ocorre para a Fábrica Prata Fina existente na comunidade do Exú, figurando entre as mais modernas do Estado, pelo elevado nível de tecnologia empregada. A fábrica Prata Fina vem empregando um pequeno contingente de moradores do próprio município, famílias que se beneficiam e ganham uma renda fixa a partir do trabalho desenvolvido ao venderem a sua força de trabalho para a produção (MOURA, 2014, 2016).

No mesmo segmento, há outra indústria de beneficiamento de mandioca na comunidade Paturis, onde seu beneficiamento ocorre de maneira industrial. Nessa indústria é produzida a Farinha São José. Tanto produz a farinha branca, ou farinha tradicional, como a farinha amarela com o acréscimo de corantes, sendo esta destinada principalmente para as cidades do Agreste e da Região do Potengi. Além disso, ainda há a presença de outras fábricas onde sua produção é praticamente artesanal, com produção destinada ao consumo local e familiar.

Outro segmento no processo de transformação de matéria prima fica por conta do grande número de cerâmicas e olarias de tijolos existentes em várias comunidades rurais de Lagoa Salgada. Essa produção de tijolos ocorre durante todo o ano e abastece as cidades circunvizinhas e o comércio local. Uma grande quantidade desse tijolo produzido em Lagoa Salgada é destinada para a construção civil da Região Metropolitana de Natal.

Com relação à castanha do caju, esta apresenta uma significativa contribuição para a economia do município de Lagoa Salgada. Sua produção e comercialização ocorrem em grande escala e, particularmente, por quase todos os moradores, o que de fato gera uma receita considerável e aquece a economia local, principalmente, entre os meses de novembro a fevereiro. Reflexo desse processo pode ser observado na dinamicidade que o setor comercial da cidade vem ganhando, onde concentra em seu principal eixo de circulação uma quantidade razoável de estabelecimentos comerciais que são movimentados pelos cidadãos e de cidades vizinhas.

Nesse comércio, há desde serviços de oficinas e restaurantes, até vestuário, importados, farmácias e supermercados que vem empregando uma parcela considerável da população. As características das pequenas cidades da Microrregião do Agreste Potiguar são bastante semelhantes, as peculiaridades são poucas, mas, existem. Nesse contexto, a cidade Serra Caiada apresenta suas singularidades e mantém importância para a rede urbana do estado.

Localizado a 68 quilômetros da cidade de Natal o município de Serra Caiada faz fronteira ao Norte com o município de Senador Elói de Souza; ao Sul com Boa Saúde e Tangará; ao Leste com Boa Saúde e ao Oeste com os municípios de Tangará e Lagoa de Velhos. Sua principal porta de entrada é a BR 226 que passa no perímetro urbano, segue até a BR 304 e, em seguida, até a BR 101, a qual faz a conexão com a capital do estado.

Serra Caiada compreende uma área de 167,348 km² e conta com uma população de 8.768 habitantes, conforme o IBGE (2010). Densidade demográfica de 52,39 habitantes por

quilômetros quadrados, sendo que, 5.313 habitantes residem na zona urbana e os outros 3.455 moram na zona rural. A população do município de Serra Caiada está assim dividida: 4.471 habitantes do sexo masculino e 4.297 habitantes do sexo feminino (IBGE, 2010).

A economia do lugar é predominantemente agrícola, subdividida entre a agricultura e a pecuária, apesar de apresentar um crescimento considerável do seu comércio, respaldado por uma concorrida feira que ocorre aos domingos. Com relação ao comércio de Serra Caiada, este vem apresentando grande dinamismo local com a chegada de rede de lojas e supermercados regionais, que já extrapolam suas ações para as cidades vizinhas, como é o caso da rede de lojas Maré Mansa e o Mercadinho Padre Cícero, dentre outros que também atuam nas cidades vizinhas.

No entanto, nos últimos anos estas cidades vêm passando por mudanças em sua estruturação urbana, pois aos poucos estão se inserindo no processo de industrialização com o uso da técnica em seu território como a grande maioria das cidades interioranas do Estado, onde a presença de plantas industriais é rarefeita. Nesse contexto, de acordo com o IBGE (2018), no ano de 2016, Boa Saúde contava com 30 estabelecimentos industriais, sendo responsável por manter 324 pessoas ocupadas; para o mesmo ano Lagoa Salgada contava com 52 unidades industriais as quais eram responsáveis pela ocupação de 362 pessoas no município; já Serra Caiada, no mesmo período contabilizava 61 indústrias, empregando 625 pessoas. Destaque-se que a inserção das atividades industriais nessas cidades, não só estimulam a atividade comercial, como trazem uma nova dinâmica para o viver urbano, fazendo girar a economia e, até mesmo fixando os moradores no próprio município.

Considerações finais

Diante do quadro vivido nessas três cidades, não podemos negligenciar a importância que estas representam para seus habitantes, mas também como elas fortalecem a economia na Microrregião do Agreste Potiguar. A afirmação destas cidades na rede urbana do estado é sentida com uma economia fortalecida e o surgimento de áreas com vocação até pouco tempo desconhecida, como é o caso de Lagoa Salgada que passa por uma reestruturação em sua atividade comercial.

Por outro lado, mesmo tendo um percentual tão elevado de cidades consideradas pequenas, estas se apresentam relevantes para a rede urbana potiguar, tendo em vista que em seu interior concentram grande parcela da população norte-rio-grandense e vêm

conseguindo fixar o homem em seu lugar de origem. De certo modo, estes pequenos centros têm possibilitado a subsistência dos cidadãos que ali vivem e, com essa nova dinâmica urbana, econômica e social faz com que eles não se vejam obrigados a buscarem alternativas para a sobrevivência em outros lugares, deixando para trás o seu Estado de origem, como acontecia em outrora. Mesmo considerados pequenos, estes centros pulsam com o viver urbano e (re)configuram a dinâmica existente na rede urbana do Rio Grande do Norte. Ao passo em que se tornaram capazes de fixar seus cidadãos dando condições de subsistência e coexistência entre homem e meio nesse cenário, demonstram sua força e importância no que concerne ao seu fortalecimento, bem como sua afirmação enquanto cidade pertencente à rede urbana potiguar.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

COSTA, Ademir Araújo da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Rio de Janeiro: UFRJ. PPGG, 2000. 360p.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Perspectiva, São Paulo, 2011.

FERREIRA, Larissa da Silva. Pequenas cidades e cotidiano. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (orgs). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009. p. 69-87.

FRESCA, Tania Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo**. Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013. Disponível em:
<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>> Acesso em: 13 jul. 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. Sinopse do censo demográfico 2010, Rio Grande do Norte. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=24&dados=8>> Acesso em: 08 abr. 2015

_____. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/januario-cicco/pesquisa/19/29763?tipo=grafico>

> Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/lagoa-salgada/pesquisa/19/29763?tipo=grafico>> Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/serra-caiada/pesquisa/19/29763?tipo=grafico>> Acesso em: 27 de set. 2018.

IDEMA. Perfil do seu Município/ Boa Saúde. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000016651.PDF>> Acesso em 11 jun. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

MEDEIROS, Maria Suely da Silva. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORAIS, Marcus Cesar Cavalcanti de. **Terras potiguares**. - 2. ed. Natal: Foco, 2004.

MOURA, Francisco Aracildo de. **Loteamentos em pequenas cidades: um estudo do parcelamento do solo em Lagoa Salgada – RN**. Monografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

_____. **Parcelamento de terras e expansão urbana na microrregião do agreste potiguar: loteamentos e especulação imobiliária em Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada/RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Por uma concepção conceptual: as pequenas cidades em tela. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (orgs). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 43-58.

SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Pequenas cidades: lugares geográficos do Rio Grande do Norte. In: _____(Orgs). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 59-68.

_____. Uma leitura da socioeconomia das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (Orgs). **Pequenas cidades:** uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009. p. 181-211.

SILVA, Miquéias Rildo. **Mapa de localização da área de estudo.** 2018.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (orgs). **Pequenas cidades:** uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009. p. 13-41.